

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações Gerais

A OT Partners S.A. (“Companhia”), constituída em 28 de abril de 2021, com sede na Avenida das Américas nº 3434, Bloco 7, Sala 202, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.640-102, tem por objeto a participação no capital de outras sociedades. Em 3 de maio de 2021 parcela substancial do seu capital subscrito foi integralizado com ações equivalentes a 25,75% do capital social da Oliveira Trust S.A., detidas pelos acionistas da Companhia.

A Oliveira Trust S.A. (“OT S.A.”), com sede na Avenida das Américas nº 3434, Bloco 7, Sala 202, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.640-102, é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, que foi constituída em setembro de 2014, com o objetivo de participar em outras sociedades.

A Oliveira Trust S.A é controladora das companhias:

	Ramo de atividade	Controle	Participação no Capital Social em % 31/12/2021
Oliveira Trust Servicer S.A.	Prestação de serviços	Direto	100
Holding Trust S/A	Holding	Direto	100
MCFL Participações S.A.	Holding	Direto	100
Oliveira Trust D.T.V.M S.A.	Distribuidora de TVM	Indireto	100

O órgão máximo de decisão é a diretoria, que autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2022.

Efeito do coronavírus sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia, em conjunto com a sua Investida, acompanha as recomendações do Ministério da Saúde, das Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, assim como os normativos do BACEN e Receita Federal do Brasil que tratam dos efeitos e impactos da pandemia do COVID -19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), desde o dia 11 de março de 2020.

Para a preservação da segurança e saúde dos colaboradores, seus familiares, prestadores de serviços e clientes, a Companhia adotou rígidos protocolos de segurança nos locais de trabalho, em conformidade com as recomendações das autoridades públicas, assim como trabalho remoto em larga escala de seus colaboradores.

Até o momento, não foi identificado impacto negativo e relevante nas demonstrações financeiras da Companhia em virtude dos efeitos da pandemia do COVID-19.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Base de preparação e declaração de conformidade

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatórios financeiros *Internacional Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem o período entre a data de sua constituição, ocorrida em 28 de abril de 2021, até 31 de dezembro de 2021.

Por opção da administração, não são apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, conforme previsto no CPC 36(R3), tendo em vista os itens a seguir citados e também não ser requerida tal apresentação pela legislação societária brasileira:

(a) os proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas pela Companhia;

(b) a Companhia não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados publicamente (bolsas de valores domésticas ou estrangeiras ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);

(c) a Companhia não arquivou e não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado; e

(d) a controlada da Companhia, OT S.A. disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC e normas do IFRS. Tais demonstrações financeiras consolidadas da OT S.A., podem ser consultadas no site <https://ri.oliveiratrust.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

Na elaboração das demonstrações financeiras foi considerado o custo histórico como base de valor.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

3. Resumo das principais políticas contábeis significativas

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação. As informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e, de modo geral, incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias são reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras são reconhecidas pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

c. Participação em companhia controlada

Tal participação é reconhecida, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliada subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Controlada é a investida em que o investidor mantém o controle das atividades operacionais e financeiras da entidade. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada é reconhecida na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” na Demonstração do Resultado. Já a participação nas movimentações do Patrimônio Líquido da controlada, conforme aplicável, é reconhecida em rubricas equivalentes do Patrimônio Líquido da Companhia. Para fins de equivalência patrimonial, o patrimônio líquido da Investida é ajustado para refletir as mesmas práticas contábeis da Companhia.

d. Dividendos a pagar

Referem-se aos dividendos, propostos pela administração, tomando por base o Estatuto Social da Companhia e a legislação societária, a serem aprovados em Assembleia de Acionistas. Tais distribuições reduzem o patrimônio líquido e são contabilizadas como dividendos a pagar, quando se referem ao dividendo mínimo previsto estatutariamente. Propostas da Administração para distribuição de dividendos em excesso ao mínimo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

estatutário, são mantidos em reserva especial no patrimônio líquido até que sejam aprovados em Assembleia de Acionistas.

d. Tributos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados, conforme a opção pelo regime fiscal de “lucro presumido”, onde a base de cálculo dos tributos é calculada sobre 32% da Receita Bruta de prestação de serviços, adicionada das demais receitas tributáveis, sendo estes apurados e pagos trimestralmente, com base nas alíquotas de 15% e 9% respectivamente, com adicional de 10% para o Imposto de Renda, após redução de R\$ 240 da base de cálculo.

e. Ativos e passivos contingentes, provisão para riscos e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisão para riscos e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, conforme segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Provisão para riscos:** é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos:** são divulgados nas demonstrações financeiras, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os montantes registrados são atualizados de acordo com a legislação vigente;
- **Obrigações fiscais correntes (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

f. Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias as quais são classificadas no patrimônio líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

g. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da OT S.A., considerando o número total de ações ao final do respectivo exercício.

h. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, porém não foram identificadas área que requeira maior nível de julgamento e que possui maior complexidade, bem como área cuja premissa e estimativa seja significativa para as demonstrações financeiras.

p. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

As seguintes normas alteradas e interpretações com aplicação para os períodos anuais com início em, ou após, 01/01/2022, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37) Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma;
- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.
- Eliminação do patrimônio líquido das entidades controladas contra o correspondente investimento nas entidades controladoras incluídas na combinação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021
Disponibilidades	24
Total	24

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

5. Investimentos em controlada

Conforme descrito nas Notas Explicativas 1 e 8, em 3 de maio de 2021, os acionistas da Companhia integralizaram o capital social da Companhia com a transferência de ações representativas da participações de 25.75% do capital social da OT S.A.. Desta forma a Companhia passou a deter participação no capital da controlada como segue:

Tipo de Ações	Total de ações da OT S.A.	Participação Companhia	
		Quantidade	Percentual
ON	172.280.750	87.846.125	50,99%
PN	168.869.250	-	0,00%
Total	341.150.000	87.846.125	25,75%

(i) Demonstrações financeiras da controlada

Total do ativo	66.726
Capital social	30.999
Reserva de lucros	35.587
Patrimônio líquido	66.586
Lucro líquido (*)	64.410
Dividendos distribuídos(*)	28.823

(*) Refere-se ao exercício social completo da OT S.A.

(ii) Movimentação da conta de dividendos a receber

Descrição	31/12/2021
Saldos iniciais	-
Dividendos declarados	4.149
Dividendos recebidos	(4.149)
Saldos finais	-

(iii) Movimentação do investimento

	<u>31/12/2021</u> <u>OT S.A.</u>
Saldos iniciais	-
Aquisição de Investimento (Nota 8)	8.067
Resultado de equivalência patrimonial	13.228
Dividendos distribuídos	(4.149)
Saldos finais	<u>17.146</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Dividendos a pagar

Descrição	31/12/2021
Saldo inicial	-
Dividendos declarados	4.124
Dividendos pagos	4.124
Saldo final	-

7. Outras contas a pagar

Descrição	31/12/2021
Fornecedores a pagar	1
Total	1

8. Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito da Companhia totaliza R\$ 8.100, totalmente integralizado, representado por 8.100 ações ordinárias, sem valor nominal.

No período findo em 31/12/2021 ocorreram os seguintes eventos societários:

(a.1) Em Assembleia Geral de Constituição, realizada em 20 de abril de 2021, foi deliberado: (i) a constituição da Companhia com um Capital Social de R\$ 1, dividido em 1 ações ordinárias; (ii) eleição da diretoria composta por 2 diretores; e (iii) definir do jornal “Monitor Mercantil” para publicações da Companhia;

(a.2) Em 3 de maio de 2021 na Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado: O aumento do capital social da Companhia de R\$ 1 para R\$ 8.100 com emissão de 8.099 novas ações, mediante (i) a transferência de titularidade de ações representativas do capital social da OT S.A no valor de R\$ 8.067; e (ii) R\$ 32 em moeda corrente nacional. Diante da alteração do capital social foi aprovada a respectiva alteração no Estatuto Social;

(a.3) Em 30 de julho de 2021, os acionistas em AGE deliberaram por aprovar a distribuição de dividendos intermediário equivalente a R\$ 3.377, sobre o lucro líquido de R\$ 4.515, apurado no período de 28 de abril a 30 de junho de 2021; e

(a.4) Na reunião da Diretoria realizada em 16 de dezembro de 2021 foi deliberada, “ad referendum” da Assembleia de Acionistas que irá aprovar as demonstrações financeira, a distribuição de dividendos intermediários complementares aos acionistas no valor de R\$ 747,

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

sobre o lucro líquido apurado no período de 28 de abril a 30 de junho de 2021.

b. Destinação do lucro líquido e reservas de lucros

(i) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina, após a constituição da reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, foram declarados pela Administração, e aprovados pelos acionistas em AGEs, dividendos intermediários de R\$ 4.124. Adicionalmente aos dividendos já pagos a Administração está propondo aos acionistas o pagamento de dividendos complementares sobre o lucro líquido do período após a constituição da Reserva Legal, no valor de R\$ 8.409. Para fins de apresentação, tal valor está apresentado na rubrica Reserva de Lucros - dividendos complementares, até a efetiva aprovação pelos acionistas, uma vez que tal montante excede o dividendo mínimo obrigatório.

(ii) Reservas de lucros

- **Reserva Legal:** do lucro líquido auferido em cada exercício, 5% são destinados à formação da Reserva Legal, até que o saldo desta reserva atinja o limite de 20% do capital social, conforme estabelecido na Lei societária; e
- **Reserva para dividendos complementares:** Constituída pela parcela dos dividendos propostos pela administração em excesso aos dividendos mínimos estatutários, por ocasião do encerramento do exercício social.

(iii) Valor patrimonial das ações

O valor patrimonial das ações das ações em 31 de dezembro de 2021, correspondem a R\$ 2.119,63 (dois mil e dezenove reais e sessenta e três centavos) por ação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

9. Despesas administrativas

Despesas Administrativas	31/12/2021
Publicações	(4)
Serviços técnicos	(5)
Transporte	(1)
Taxas regulatórias	(1)
Outras	(3)
Total	(14)

10. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é composta de despesas com pró-labores, as quais são contabilizados como despesa de pessoal no valor de R\$ 21 (R\$ 0 em 2020). Não são concedidos benefícios pós-emprego.

11. Gerenciamento de riscos e de capital

A Administração definiu uma estrutura e estabeleceu políticas e normas internas para o gerenciamento de riscos e capital decorrentes de suas operações e atividades, mantendo uma postura conservadora em relação à exposição de risco. As atividades de gestão de risco e capital são realizadas em conjunto com as da sua Investida.

12. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

O pagamento de dividendos aos acionistas e a remuneração dos administradores, estão demonstrados nas Notas Explicativas 8 e 10, respectivamente. Não havendo outras transações com partes relacionadas.

13. Cobertura de seguros

A Companhia, através de suas controladas, adota uma política de seguros, com objetivo de prover a cobertura contra incêndios, danos patrimoniais e subtração de ativos imobilizados, os quais são utilizados nas atividades operacionais. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021 estão contratados seguros cobrindo valores em risco de até R\$27.235.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Período de 28 de abril (constituição) até 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Outras informações

(a) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) e IAS 7.

Conforme descrito na Nota Explicativa 8, durante o período ocorreram transações relevantes que não envolveram caixa, portanto não refletidas na demonstração dos fluxos de caixa, relativas a integralização do aumento de capital social da Companhia com ações da OT S.A, totalizando R\$ 8.067.

15. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2021 e até a presente data não ocorreram eventos que podem influenciar as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários com base nessas demonstrações financeiras.

**José Alexandre Costa
de Freitas**
Diretor
CPF: 008.991.207-17

**Carlos Henrique Correa
Sismil**
Diretor
CPF: 011.896.377-58

**Geisa Gomes de A.A.
Cunha**
Contadora
CRC-RJ: 088415/O-2
CPF: 093.165.737-77